

1 **ATA DA 451ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA NOVE DE MARÇO DE**  
3 **DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezessete, às quinze horas e vinte minutos, no Auditório  
5 Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quinquagésima  
6 primeira Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
7 (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz Colombi e  
8 secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson  
9 Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município  
10 de Ascurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Paulo  
11 Eduardo de Oliveira Costa, secretário municipal de Gestão e Transparência de Blumenau,  
12 representando o senhor Napoleão Bernardes Neto, prefeito do município de Blumenau; senhor José  
13 Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do  
14 município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar;  
15 senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; senhor Fabiano dos Santos, secretário  
16 municipal de Saneamento e Meio Ambiente de Indaial, representando o senhor André Luiz Moser,  
17 prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor  
18 Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Cristiano Ribeiro  
19 Gomes, secretário municipal de Administração e Finanças de Rodeio, representando o senhor Paulo  
20 Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município  
21 de Timbó; além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a  
22 assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início  
23 à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 -  
24 Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Saneamento básico; 3 – Informes sobre  
25 planejamento estratégico; 4 – Prestação de contas – balanço 2016 da AMMVI; 5 – Assuntos gerais.  
26 Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos  
27 prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não havendo manifestação  
28 em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou a palavra  
29 ao Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente, 13ª Promotoria de Justiça de Blumenau, senhor  
30 Leonardo Todeschini, para discorrer sobre o item dois da ordem do dia - saneamento básico. Em  
31 prosseguimento, o senhor Todeschini falou que a promotoria tem atuação em âmbito regional, porém  
32 trabalha em conjunto com os promotores das demais comarcas. Segundo ele, quando algumas  
33 questões têm alcance regional e precisam de tratamento igualitário ou isonômico, este trabalho fica a  
34 cargo da promotoria regional do Meio Ambiente para que não haja divergência do entendimento. Em  
35 função disso, os assuntos que foram tratados na assembleia de prefeitos são de cunho regional porque  
36 houve manifestação de interesse da AMMVI e também pela necessidade de haver padronização de  
37 iniciativas favorecidas pela união de esforços. O promotor falou que neste contexto é comumente  
38 trabalhado o termo de parceria, que tem caráter preventivo. Conforme ele, não é barato promover o  
39 saneamento básico no município, os estudos técnicos e implementar políticas na área ambiental, bem  
40 como as intervenções promovidas em favor do meio ambiente geralmente tem custos altos e exigem  
41 forte investimento. Diante disso, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) não tem  
42 outra forma de atuar senão em conjunto aos municípios. O MP/SC tem o papel de fiscalizar a lei e o  
43 Município o de aplicar a legislação. Para ele, os interesses do MP/SC e dos Executivos Municipais  
44 são exatamente os mesmos: atingir o bem comum da população com a aplicação correta da lei. Dentre  
45 as várias atividades que o MP/SC desempenha, uma delas é a defesa do meio ambiente; e, como fiscal  
46 da lei, os promotores têm a prerrogativa de encaminharem para as prefeituras solicitações de  
47 documentos. Isso geralmente acontece quando o MP/SC é provocado ou quando percebe a  
48 necessidade de fazer este tipo de consulta. O Ministério tem a obrigação de fazer este trabalho, pois


49 o promotor não tem a liberdade de, diante do fato comunicado a ele, deixar de agir. Por isso, o senhor  
50 Todeschini sugeriu que os novos prefeitos busquem se aproximar do promotor local para estreitar  
51 relações e fortalecer o diálogo. Segundo ele, os serviços do promotor podem ser usados também para  
52 auxiliar os prefeitos a resolverem questões pontuais do próprio poder público. No âmbito da AMMVI,  
53 a promotoria regional vem desenvolvendo pelo menos quatro principais atividades em conjunto com  
54 o corpo técnico da Associação e o apoio irrestrito desta entidade que, por onde o MP percorre para  
55 acessar informações, recebe elogio do trabalho que a AMMVI vem executando. Segundo ele, os  
56 avanços nas áreas de saneamento e meio ambiente estão sendo significativos e como resultados desta  
57 parceria entre o MP/SC, a AMMVI e a Universidade Regional de Blumenau (Furb), que também  
58 merece destaque, estão quatro iniciativas que estão em andamento: saneamento básico, diagnóstico  
59 socioambiental, terraplanagem e resíduos sólidos. Estas são todas questões que a legislação incumbe  
60 aos Municípios a implementação, mas que não são simples e baratas de serem feitas, por isso há  
61 grandes dificuldades de serem implementadas e não é por conta da má vontade do gestor público.  
62 Iniciando pelo saneamento básico, o promotor fez uma retrospectiva sobre o assunto, explicando que  
63 em dois mil e quatro foi instaurado o inquérito civil pelo Procurador-Geral de Justiça para  
64 diagnosticar e apurar responsabilidades relativas ao baixo índice de saneamento básico nos  
65 municípios catarinenses. À época, dos duzentos e noventa e três municípios somente vinte e dois  
66 tinham esgotamento sanitário, ou seja, 8% do estado, momento em que a média nacional era de 19%.  
67 Santa Catarina tinha e ainda tem os piores índices de saneamento. Em dois e quatro ainda, somente  
68 12% da população catarinense era atendida com esgoto, contra 44% da população nacional. Numa  
69 estimativa da poluição gerada por isso, pode-se concluir que em dois mil e quatro tinha-se uma  
70 população de quatro milhões residindo em área urbana sem tratamento de esgoto, o que resulta em  
71 aproximadamente quinhentos e setenta e seis milhões de litros de esgoto lançados nos rios, córregos,  
72 lagoas e mar diariamente em Santa Catarina. Logo, era óbvio que era um problema a ser resolvido e  
73 não dava para continuar nesta situação, em que os cidadãos precisariam de mais recursos naturais e a  
74 população continuaria jogando a sujeira diariamente em uma das maiores riquezas que o estado tem:  
75 a água. Este cenário precisava ser revertido de algum modo e o inquérito civil foi instaurado para  
76 isso. Em dois mil e cinco, com o objetivo de incrementar o índice de atendimento à população urbana  
77 de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto foi firmado o Termo de Cooperação Técnica nº  
78 024/2005 entre o MP/SC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS),  
79 Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Federação Catarinense de Municípios  
80 (Fecam), Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Vigilância Sanitária Estadual, Conselho Regional de  
81 Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea) e outros, estabelecendo para cada um desses entes  
82 atribuições que poderiam vir a resultar na implementação das respectivas leis do saneamento básico.  
83 Concluído o diagnóstico estadual, foram instaurados inquéritos civis para cada um dos municípios  
84 catarinenses em dois mil e seis. Em dois mil e sete entrou em vigor a Lei nº 11.445/07, estabelecendo  
85 as diretrizes nacionais para o saneamento básico. E, no mesmo ano, a AMMVI instituiu a assessoria  
86 de Saneamento e Meio Ambiente, a fim de auxiliar os municípios na execução e no acompanhamento  
87 da legislação federal da área. Em dois mil e dez, começaram a ser firmados os Termos de Ajustamento  
88 de Condutas (TACs) com os Municípios. Tais documentos previam cláusulas escalonadas para o  
89 cumprimento das metas até o final de determinado período a fim de executar a Política Nacional de  
90 Saneamento Básico. Justamente para fazer o acompanhamento dos TACs, em dois mil e doze o MP  
91 conseguiu uma parceria com a Furb para análise do cumprimento dos Termos e emissão de relatórios  
92 de monitoramento periódicos. Atualmente a região está no sexto relatório. O promotor apresentou  
93 aos prefeitos os resultados do último monitoramento realizado pela Furb, feito no ano passado, que  
94 abrange municípios da AMMVI e também da região da foz do Rio Itajaí. Este relatório está disponível  
95 na Associação e nos municípios com os técnicos da área. No documento, estão treze itens que fazem  
96 referência às cláusulas constantes nos TACs e a evolução do cenário do município é determinado por

97 pontuações consoante o cumprimento de cada cláusula. O somatório desta pontuação determina o  
98 desempenho de cada município no cumprimento das metas, podendo ser classificados como precário,  
99 baixo, médio, médio alto e alto. Analisando a evolução dos municípios de dois mil e doze a dois mil  
100 e dezesseis, é relevante reconhecer que houve significativo avanço, especialmente dos municípios da  
101 AMMVI, em relação ao cumprimento de, pelo menos, sete cláusulas. Quando foi iniciado o processo,  
102 a maioria dos municípios da foz do Rio Itajaí e do Médio Vale encontravam-se classificados como  
103 precário ou baixo, atualmente, no sexto monitoramento, todos os municípios da AMMVI estão  
104 classificados do médio ao alto grau, o que é um grande avanço em pouco tempo. Conforme o  
105 promotor, o que se conclui das tabelas é que ainda existem situações que precisam ser trabalhadas  
106 com maior atenção pelos municípios. Para ele, o que complica o total cumprimento das cláusulas do  
107 TAC é a falta de recursos, o desencontro de informações do governo federal, a falta de apoio do  
108 governo estadual, dificuldades locais com concessionárias, porém, há municípios que estão à frente  
109 e os demais devem se pautar por estas boas práticas. Segundo ele, o Ministério Público não ignora o  
110 cenário financeiro e as dificuldades enfrentadas pelos municípios, mas também percebe que há  
111 municípios que se empenham em conseguir pôr boas iniciativas em prática. O prefeito de Pomerode,  
112 senhor Ércio Kriek, disse que os municípios catarinenses não são contemplados em alguns editais  
113 públicos da área por já possuírem uma estrutura avançada de saneamento básico, pois geralmente o  
114 governo federal destina valores àqueles que ainda estão em situação inferior. A prefeita de Doutor  
115 Pedrinho, senhora Simoni Mercia Mesch Nones, salientou também sobre o entrave de recursos nos  
116 órgãos estaduais e federais, causando sérios problemas de infraestrutura nos municípios, que muitas  
117 vezes têm a obra iniciada e logo após parada pela falta de recursos. O promotor disse que o MP/SC  
118 também está preocupado em deixar os municípios preparados burocraticamente para agirem quando  
119 os governos liberarem novos montantes de recursos para o saneamento. Além disso, os prefeitos  
120 devem buscar alternativas para o tratamento de esgoto compatíveis com o orçamento municipal, pelo  
121 menos algo paliativo até que as obras de tratamento de esgoto sejam concluídas. Segundo ele, o TAC  
122 não estabelece datas para o cumprimento das cláusulas, mas sim busca preparar os municípios para  
123 que sigam todos os prazos legais para captar recursos quando estes estiverem disponíveis, pois  
124 existem muitas ações que não dependem de investimento externo para serem executadas e novos  
125 avanços podem ser feitos sem investimento. Diante disso, o promotor apontou algumas sugestões e  
126 desafios para este ano, tais como: designar em cada município um profissional responsável pelo  
127 acompanhamento do TAC; cumprir todas as cláusulas faltantes e, sabendo das dificuldades  
128 financeiras, pelo menos dar prioridades àquelas que precisam de ajustes e adaptações sem  
129 investimento financeiro; preparar os municípios para a futura captação de recursos; realizar o  
130 diagnóstico amostral em mais municípios priorizando a fiscalização dos sistemas individuais de fossa  
131 e filtro; discutir modelos alternativos de saneamento em razão da falta de recursos; tratar o  
132 saneamento como uma das prioridades da administração municipal. Em continuidade, o senhor  
133 Todeschini falou aos prefeitos sobre o diagnóstico socioambiental, que é o documento norteador da  
134 atuação de políticas urbanas que identifica as Áreas Urbanas Consolidadas (AUC), as áreas de risco  
135 e as áreas de relevante interesse ecológico. Este diagnóstico permite o planejamento e a ordenação da  
136 ocupação do solo a fim de coibir, ou pelo menos diminuir, os danos ambientais no município, bem  
137 como possibilitar a regularização de situações antigas que até então a legislação não permitia. Na  
138 região da AMMVI foi instituído a partir de dois mil e quinze um grupo de trabalho para discutir a  
139 elaboração do diagnóstico socioambiental em cada um dos municípios da região. Segundo ele, o MP  
140 acompanha as reuniões e colabora nas discussões para que a parceria com municípios corrobore para  
141 a elaboração do diagnóstico, levando em conta as características geográficas da região. Na ocasião, o  
142 prefeito de Apiúna, senhor José Gerson Gonçalves, relatou que o município está vivendo um  
143 problema social, pois chegou orientação da Casan e das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)  
144 para proibir as religações das respectivas redes de fornecimento de água e energia elétrica em

145 determinadas áreas, cujo entendimento sobre o assunto poderá sofrer alterações quando o diagnóstico  
146 socioambiental estiver pronto. O prefeito questionou como atender esta população, momento em que  
147 o promotor recomendou ao prefeito que o problema seja levado à promotoria para encontrar  
148 alternativas de solucionar estes casos enquanto o diagnóstico não estiver concluído, porém poderá ter  
149 situações passíveis de não resolução. O promotor disse que o documento é orientador para o futuro e  
150 as situações do passado deverão ser resolvidas pontualmente, pois o diagnóstico poderá flexibilizar o  
151 Código Florestal sem permitir intervenções que possam ferir a natureza. O promotor frisou que a  
152 vantagem de fazer este trabalho através da AMMVI é a otimização de recursos e a padronização do  
153 desenvolvimento do trabalho, tratando a região da mesma maneira. Em seguida, o promotor passou  
154 para o assunto de terraplanagem, que é uma preocupação de âmbito regional e surgiu em um evento  
155 realizado pela AMMVI, em que se reconheceu a necessidade de regulamentação da atividade de  
156 movimentação de terras na região. Após o desastre ambiental de dois mil e oito, ocasionado pela  
157 conjunção de causas naturais e atividades humanas, a terraplanagem ficou mais em evidência e o  
158 MP/SC quer colaborar nesta questão. Diante disso, foi criado em dois mil e quinze um grupo de  
159 trabalho na AMMVI para elaboração de uma proposta de regulamentação e controle da  
160 terraplanagem, pois ainda é muito pertinente o desconhecimento das pessoas sobre as consequências  
161 de terraplanagem mal feita. Para ilustrar, ele ressaltou que 85% do deslizamento de terras que  
162 acometeu o Morro do Baú em dois mil e oito foi ocasionado por ação humana. Além disso, a  
163 movimentação de terra realizada sem aprovação prévia e sem critérios técnicos adequados aumenta a  
164 turbidez da água, prejudicando o tratamento e, conseqüentemente, o abastecimento da população,  
165 além de ocasionar mudanças nas cotas de enchentes. Este grupo de trabalho vem desenvolvendo  
166 alternativas para regulamentar e padronizar os serviços na região para que, independente do  
167 município, as empresas sigam a mesma orientação para esta atividade. Para tanto, foi elaborada uma  
168 minuta que poderá ser organizada na forma de lei, portaria ou resolução, para a qual foi buscada a  
169 contribuição de diversas entidades e também foi promovido um fórum para as empresas que executam  
170 terraplanagem conhecerem os termos do documento. Conforme o senhor Todeschini, o que está  
171 faltando para finalizar o documento diz respeito às cotas de enchentes, pois o grupo optou por fazer  
172 regulamentação a partir das cotas já definidas. Para fazer este levantamento com baixo custo e maior  
173 agilidade, foi analisado a implantação do modelo Hand, que é um modelo digital que determina as  
174 áreas suscetíveis à inundação no município. Este modelo tem 85% de confiabilidade e quando,  
175 ocasionalmente, comete erros, estão são para valores além do real, garantindo a segurança. Conforme  
176 o promotor, pelo custo este modelo é altamente vantajoso, pois permite que seus dados sejam usados  
177 não só para a terraplanagem, mas seus subprodutos favorecem outros estudos. Dados apresentados  
178 pelo senhor Todeschini apontam que os prejuízos causados pela movimentação de terra mal feita em  
179 Blumenau chegam a R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) em dois mil e oito. Para  
180 finalizar sua exposição, o promotor abordou sobre resíduos sólidos. Segundo ele, em dois mil e  
181 catorze foi instaurado um inquérito civil relativo a cada município da regional visando à adoção das  
182 medidas destinadas a adequar as gestões municipais de resíduos sólidos às regras da Lei da Política  
183 Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10). À época, foram requisitadas informações sobre a  
184 existência de plano municipal na área, serviço de coleta de resíduos sólidos, serviço de coleta seletiva,  
185 pontos de entrega voluntária, cooperativa local, área e estrutura para cooperativa local. No contato  
186 prévio com a AMMVI sobre este assunto, a entidade sinalizou que há anos existe uma forte  
187 preocupação com o tratamento dos resíduos sólidos por parte dos municípios e que, inclusive, há  
188 projeto adiantando nesta área, o que foi uma surpresa para o Ministério Público. Em tratativas com a  
189 AMMVI e o Cimvi, o promotor disse que ficou impressionado com o projeto de construção da usina  
190 de biogás na região e compreende que atualmente há falta de recursos para tanto, mas reconheceu que  
191 é relevante passo no tratamento de resíduos orgânicos, além de que traz valor agregado ao produto.  
192 Além disso, há o projeto de construção de uma central de triagem única para os municípios

193 consorciados ao Cimvi, o que também vai gerar avanços na região. Diante disso, o MP tem a intenção  
194 de se aproximar mais da AMMVI e do Cimvi para viabilizar estes projetos e dar o apoio necessário,  
195 pois são imprescindíveis para a resolução das questões regionais na área ambiental da região. Por fim,  
196 o promotor agradeceu a acolhida dos prefeitos e sugeriu que estes busquem estreitar o relacionamento  
197 com as comarcas e os promotores locais, pois estes têm interesse de conhecer a administração pública  
198 e podem ser parceiros dos gestores. Após a fala do promotor, o presidente da AMMVI agradeceu a  
199 presença do senhor Todeschini e a simplicidade com que ele busca trabalhar em conjunto com a  
200 Associação e a visão que ele tem sobre as boas práticas dos municípios. Avançando a reunião, o  
201 presidente passou a palavra ao secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, para  
202 discorrer sobre o item três da ordem do dia - informes sobre planejamento estratégico. O secretário  
203 executivo falou brevemente sobre o Plano de Ação para este ano na área institucional da Associação,  
204 ressaltando que se está avançando e que a Diretoria Executiva solicitou algumas agendas com  
205 secretarias de Estado. O senhor Corrêa avisou que tais sugestões de agendas foram enviadas aos  
206 prefeitos juntamente com as respectivas pautas e solicitou que os gestores analisem se há algo a  
207 acrescentar e façam as devidas colaborações. O secretário executivo frisou ainda que o governador  
208 do Estado de Santa Catarina, senhor João Raimundo Colombo, estará na AMMVI no dia dezesseis  
209 de março, às dezenove horas e trinta minutos, para proferir uma palestra sobre investimentos regionais  
210 e a prevenção de enchentes. Aproveitando esta ocasião, a AMMVI enviará ofício à Casa Civil  
211 solicitando que o governador atenda aos prefeitos da região momentos antes da palestra. Findando  
212 sua fala, o secretário lembrou ainda que de catorze a dezesseis de março de dois mil e dezessete, a  
213 Fecam vai promover o XV Congresso Catarinense de Municípios e 2ª Oficina Estadual para Novos  
214 Gestores Municipais, em Joinville. O evento objetiva oportunizar conhecimento para a qualificação  
215 das atribuições designadas aos gestores públicos, frente as instituições e suas respectivas interações  
216 com a gestão pública municipal. Ao todo serão onze oficinas em diferentes políticas públicas.  
217 Progredindo a reunião, o presidente convidou o ex-presidente da AMMVI e ex-prefeito de Rio dos  
218 Cedros, senhor Fernando Tomaselli, para fazer a prestação de contas do balanço de dois mil e  
219 dezesseis da AMMVI – item quarto da ordem do dia. Na oportunidade, ele expôs o balanço  
220 patrimonial e o demonstrativo de resultados da AMMVI de dois mil e dezesseis. Ao final do ano, a  
221 AMMVI atingiu um superávit de R\$ 389.832,42 (trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e  
222 dois reais e quarenta e dois centavos). O senhor Tomaselli frisou que todos os anos a Associação tem  
223 conseguido gerar bons resultados e mantido o equilíbrio financeiro, com provisionamento de valores  
224 para situações eventuais. Continuando a assembleia, no quinto item da ordem do dia - assuntos gerais,  
225 a agente de controle interno da AMMVI, senhorita Sabrina Furlani, falou aos prefeitos sobre o  
226 programa Brasil Transparente. A cobrança por mais transparência tem crescido no Brasil em ritmo  
227 acelerado nos últimos anos. A promoção da transparência e do acesso à informação é considerada  
228 medida indispensável para o fortalecimento da democracia e para a melhoria da gestão pública. Neste  
229 cenário, a Controladoria-Geral da União (CGU) criou o programa Brasil Transparente, por meio da  
230 Portaria nº 277, de sete de fevereiro de dois mil e treze, com o objetivo de auxiliar Estados e  
231 Municípios na implementação das medidas de governo transparente previstas na Lei de Acesso à  
232 Informação (LAI) no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de governo aberto.  
233 A premissa é juntar esforços no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de  
234 governo aberto. Este programa foi apresentado no Encontro Município Transparente, realizado dia  
235 seis de fevereiro, em Florianópolis, em que estavam presentes o prefeito de Benedito Novo, senhor  
236 Jean Michel Grundmann e a prefeitura de Doutor Pedrinho, senhora Simoni Mercia Mesch Nones.  
237 Na ocasião, a AMMVI teve conhecimento de que tal programa poderia ser realizado em âmbito  
238 regional. Aproveitando as capacitações que poderiam ser oferecidas por este programa e com vistas  
239 a qualificar a gestão pública, a Associação vai pleitear junto à CGU cursos voltados à estruturação e  
240 ao fortalecimento do controle interno, auditoria governamental, ouvidoria pública, processo

241 administrativo disciplinar, lei anticorrupção e processo de responsabilização de pessoa jurídica,  
242 gestão e fiscalização de contratos públicos. Para a AMMVI ter acesso a estas capacitações, a entidade  
243 precisa aderir ao programa Brasil Transparente, o qual deverá ser feito nos próximos dias e envolverá  
244 os municípios de Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar,  
245 Guabiruba, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Segundo a senhorita Sabrina, Blumenau e  
246 Indaial já aderiram ao programa. A participação no Brasil Transparente é voluntária e será realizada  
247 mediante assinatura do termo de adesão, o qual será em nome da Associação e deverá ser firmada  
248 pelo presidente da AMMVI e demais prefeitos envolvidos. Dentre as vantagens de adesão regional,  
249 estão: elaboração de termo de adesão diferenciado aos municípios da região, em que serão extintos  
250 alguns itens do programa para permitir a usabilidade de sistemas já existentes; articulação de  
251 capacitações promovidas pelo programa na região, facilitando o acesso e a periodicidade dos  
252 aperfeiçoamentos; integração e padronização de ações do programa no Médio Vale; promoção de  
253 ações regionais de fomento à transparência; orientação e acompanhamento dos municípios referente  
254 às ações do programa Brasil Transparente; representação dos municípios frente à CGU nas iniciativas  
255 relacionadas à transparência. Segundo ela, a ideia é unir forças e trazer as capacitações para a  
256 Associação ainda no segundo semestre deste ano. O prefeito Jean Michel Grundmann ressaltou que,  
257 conforme dados da CGU, cerca de 75% dos casos de não cumprimento da legislação voltada à  
258 transparência é por falta de conhecimento dos gestores públicos e a CGU se colocou à disposição  
259 para promover capacitações nesta área. O presidente da Associação ressaltou a relevância deste  
260 trabalho e colocou a adesão em votação que, por unanimidade, teve a aprovação dos prefeitos. Dando  
261 continuidade, o secretário executivo da AMMVI falou do Ofício Gab/ADR/Blumenau nº 042/2017,  
262 de nove de março de dois mil e dezessete, assinado pelo secretário executivo da Agência de  
263 Desenvolvimento Regional de Blumenau, senhor Emerson Antunes e pelo delegado regional de  
264 Polícia Civil de Blumenau, senhor Rodrigo Emanuel Marchetti, em que solicitam o desenvolvimento  
265 e a cessão de projeto para construção de um novo centro de segurança que congregará diversas  
266 estruturas da Polícia Civil, localizado na Rua Itajaí, nº 210, Bairro Vorstadt, em Blumenau. O  
267 presidente colocou este pedido em votação, o qual foi aprovado pelos prefeitos. O senhor Corrêa  
268 lembrou ainda os prefeitos que nos dias vinte e oito e vinte e nove de março de dois mil e dezessete,  
269 a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizada em Florianópolis, no auditório da Agência  
270 Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Aris), o curso de Formação de Agentes Municipalistas.  
271 Com duração de dezesseis horas, o curso conta com uma metodologia diferenciada, com atividades  
272 teórico-práticas, ministradas pelo consultor da CNM, Maurício Junqueira Zanin. Em seguimento, o  
273 secretário avisou aos prefeitos que, conforme aprovado em reunião da Diretoria Executiva realizada  
274 no dia dois de março, com a senhora Marli Burato, coordenadora do Escritório de Projetos da Fecam,  
275 os prefeitos aprovaram a abertura de um edital para contratação de profissional para atuar na área de  
276 captação de recursos na Associação. O presidente colocou este tópico em aprovação, que também foi  
277 autorizado pelos prefeitos da Assembleia. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente  
278 da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele  
279 Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor  
280 presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.

  
José Luiz Colombi  
Presidente  
Prefeito de Botuverá

  
José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo



Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
89.036-200 | Blumenau | SC  
CNPJ 83.779.413/0001-43  
Tel.: 47 3331-5800  
ammvi.org.br

Michele Prada  
Assessora de Relações Públicas